

A polêmica como interincompreensão: construção negação de simulacros no campo discursivo da surdez

The polemic as an inter-incomprehension: construction and denial of simulacra in the discursive field of deafness

Maria Clara Maciel de Araújo RIBEIRO*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES/BRASIL

Kelly Fróes Alencar FONSECA*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES/BRASIL

RESUMO

Este estudo aborda o fenômeno da interincompreensão discursiva e objetiva analisar a interação que se estabelece entre discursos polêmicos no campo discursivo da surdez, onde delimitamos um espaço discursivo constituído por dois posicionamentos distintos sobre a surdez: o Discurso de Fundamentação Surda e o Discurso de Fundamentação Ouvintista. As análises indicam que o primeiro discurso constitui-se por meio da antecipação – e da negação – do que poderia ser o seu simulacro, aos olhos do discurso segundo, e que se define justamente a partir do que ele não é, de forma a construir um “eu” a partir da negação de um “não-eu”.

*Sobre as autoras ver página 130.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Surdos. Simulacro. Polêmica discursiva.

ABSTRACT

This study approach the phenomenon of discursive inter-incomprehension. Our goal is to observe the interaction that occurs between discourses polemic in the discursive field of deafness, which constituted a discursive space delimited by two distinct positions on deafness: Audism Based Discourse and Deaf Based Discourse. Analyses indicate that the first one will be by means of anticipation - and denial - of what could be his simulacrum to the second one. The DFS will be defined precisely from what it is not, in order to build an "I" from the denial of a "non-self."

KEYWORDS: Discourse. Deaf. Simulacrum. Polemical discourse.

1 Considerações iniciais

Continuamos a ser diferentes em nossas formas. Continuamos a nos identificar como surdos. Continuamos a dizer que somos normais com nossa língua de sinais, com o nosso jeito de ser surdos. [...] então um grupo cultural à parte. Um grupo que realmente investe na decisão de ser diferente. De transformar o anormal em normal no cotidiano da vida. (PERLIN, 2006, p. 10).

Este artigo reflete sobre a contribuição do estudo do fenômeno da *interincompreensão discursiva* para a constituição de identidades discursivas projetadas em campos discursivos determinados. Especificamente, detém-se no modo como discursos polêmicos delimitam-se reciprocamente a partir da produção e negação de simulacros do seu outro discursivo. Partimos, para tanto, do aporte teórico da Análise do Discurso de orientação francesa, particularmente dos estudos de Dominique Maingueneau alocados na obra *Gênese dos Discursos* – importante publicação representativa das relações mantidas entre discursos polêmicos.

Entendemos os temas da polêmica discursiva e da interincompreensão como expedientes analíticos ricos e altamente produtivos, uma vez que é possível considerar que grande parte dos conflitos sociais, de pequeno

ou grande porte, derivam-se não apenas do esquecimento do sujeito quanto a opacidade da linguagem, seguido da conseqüente ilusão de que aquilo que se diz chega ao interlocutor tal qual engendrado no ponto de partida – mas sobretudo da nossa capacidade de compreender a fala do outro sempre a partir do nosso próprio sistema de restrições semânticas, ou melhor, a partir de um simulacro construído do outro a partir de nossas próprias discordâncias.

Assim, neste artigo, partiremos do estudo do campo discursivo da surdez, constituído por dois posicionamentos ou formações discursivas (FD) polêmicas que, ao mesmo tempo, se atraem e repulsam nesse espaço discursivo recortado para a pesquisa. Apresentaremos, a seguir, o campo e o espaço (com suas formações discursivas) para, posteriormente, deter-nos na interincompreensão discursiva que será estabelecida entre os discursos de cada FD. Como veremos a seguir, parece que produzir enunciados competentes na sua FD e não compreender o outro, ou compreendê-lo a partir de seus próprios enquadres, parecem ser facetas de um mesmo fenômeno.

2 Definindo o campo discursivo

Ao longo do tempo, os discursos sobre a surdez vêm se renovando e modificando constantemente. Atualmente, há, pelo menos, duas importantes e diferentes formas de se conceber (discursivamente) as pessoas surdas na contemporaneidade: a primeira concepção se origina do domínio *clínico-terapêutico* e compreende os surdos a partir da disfunção do não-ouvir, uma vez que se baseia, sobretudo, em argumentos, princípios e posturas que intencionam fazer o surdo “superar”, contornar a surdez, como forma de alavancar o seu desenvolvimento linguístico e social. Assume-se, aqui, um discurso que pode ser considerado como *fundamentação ouvintista*¹, visto que a surdez é considerada uma patologia que precisa ser tratada (RIBEIRO, 2008).

¹ *Ouvintismo* é um termo proposto por Skliar (1998), que costuma ser entendido como um conjunto de representações estereotipadas dos ouvintes sobre os surdos a partir do qual o próprio surdo “está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte” (SKLIAR, 1998, p. 15).

A segunda concepção, que advém do domínio *linguístico-antropológico*, postula que os surdos podem viver e se desenvolver na e pela surdez, sem combatê-la. Ancora-se em princípios linguísticos, culturais e identitários que especificam *povos surdos* pelo mundo, ostentando um discurso que pode ser considerado de *fundamentação surda*, pois compreende a surdez a partir de seu reconhecimento linguístico e cultural, abolindo o estigma da deficiência e proclamando o da diferença linguística.

Como se vê, trata-se de formações discursivas (FDs) que se opõem e que, como veremos, estabelecem entre si uma relação de polêmica discursiva.

Posicionando-nos a partir do campo teórico da análise do discurso de orientação francesa, especificamente a partir dos estudos desenvolvidos por Maingueneau (2005), é possível compreender que tais discursos instituem um *espaço discursivo* específico, apreensível, via recorte, do *campo discursivo* da surdez.

Maingueneau (2005, p. 3) postula que em meio a um conjunto de discursos de todos os tipos que interagem em dada conjuntura (denominada *universo discursivo*), é possível construir, via recorte temático, domínios suscetíveis de serem estudados pelo analista: os *campos discursivos*, em que posicionamentos diversos encontram-se em concorrência e delimitam-se em determinada região do universo discursivo. Para ilustrar, lembremos, por exemplo, de estudos realizados a partir do *campo devoto*, por Maingueneau (2005), focalizando um espaço discursivo constituído pelos discursos jansenista e humanista devoto, ou os estudos de Lara (2005) sobre o campo da língua, em que eleger para estudo uma FD escolar (da gramática normativa) e outra científica (da Linguística).

Maingueneau esclarece que o recorte em campos e espaços não define zonas isoladas. Os campos acabam por evidenciar, ao contrário, as múltiplas redes de troca discursivas que os constituem. Para entender a constituição de dado campo discursivo, pois, o analista precisa recortar subconjuntos de formações discursivas apreensíveis no campo: os *espaços discursivos*, constituídos por pelo menos duas FDs ou dois posicionamentos discursivos distintos que mantêm relações constitutivas privilegiadas.

Assim, no campo discursivo da surdez, vislumbramos um espaço constituído por um conjunto de FDs que se opõem: uma FD clínico-terapêutica (de fundamentação ouvintista) e uma FD linguístico-antropológica (de fundamentação surda), como postulado anteriormente. Compreendemos a primeira FD como resultante do discurso da “deficiência”, da “falta”, do “desvio”, enquanto na segunda, percebemos o discurso da “diferença”, da “identidade”, da “língua e da cultura específicas”. Veremos, então, as manifestações discursivas que dialogam no campo da surdez serem reordenadas a partir do *espaço discursivo* da surdez como *deficiência sensitiva* ou como *diferença linguística*.

Neste estudo, partimos desse espaço para abordar o fenômeno da interincompreensão discursiva. O nosso objetivo, como dito, é observar a interação que se estabelece, no campo da surdez, entre os discursos polêmicos citados (discursos de fundamentação surda *versus* discursos de fundamentação ouvintista), focalizando como são estabelecidos os movimentos de construção e negação desses discursos e de seus simulacros no campo em questão. Para Maingueneau (2005, p. 103), “para construir e preservar a sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele”.

O *subcorpus* que será aqui apresentado compõe a dissertação de mestrado² da autora e é composto por textos escritos por surdos universitários sobre a condição da surdez.

3 A polêmica como interincompreensão: algumas análises

De acordo com Maingueneau (2005), espaços discursivos são recortados de campos determinados. No caso da nossa pesquisa, recorta-se, do campo da surdez, um espaço constituído por posicionamentos divergentes: a surdez como deficiência e a surdez como diferença.

² RIBEIRO, M. C. M. A. *A escrita de si: discursos sobre o ser surdo e a surdez*; 2008. 186 f. Dissertação (Mestrado Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras. Universidade Deferal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. Acesso: 04/09/2014. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/poslin/defesas/1270M.pdf>.

Quando se recorta um espaço discursivo é preciso pensar na hierarquia da constituição desse espaço, isto é, hipoteticamente, tem-se um discurso primeiro – com algum *status* de discurso fundador – e um discurso considerado segundo – que se erige justamente para contrapor o discurso chamado primeiro. Assim, é possível prever qual(is) discurso(s) do campo pode(m) ser citado(s) ou recusado(s) pelo discurso dito primeiro e/ou pelo segundo. Isso nos indica que a delimitação em espaços não exclui outras referências discursivas, mas ao contrário, as evidenciam, como já sustentamos aqui. Isso quer dizer que, quando se pensa “no nível das possibilidades semânticas”, admite-se um espaço de trocas discursivas, não de identidade fechada. Nas palavras do autor:

Na medida em que, cronologicamente, é o discurso precisamente chamando “segundo” que se constitui através do discurso primeiro, parece lógico pensar, então, que esse discurso primeiro é o Outro do discurso segundo, [mas] o discurso primeiro não permite a constituição de discursos segundos sem ser por eles ameaçado em seus próprios fundamentos (MAINGUENEAU, 2005, p. 41).

Veremos, portanto, que as formações discursivas que constituem um espaço evocam-se e constituem-se reciprocamente, seja pela refutação, seja pelo endosso.

Lara (2008, p. 113-114), referindo-se aos estudos desenvolvidos pelo autor, ressalta que não cabe ao analista “estudar as diferentes formações discursivas que atravessam um dado discurso de forma independente e isolada, mas, sim, apreendê-las nas relações que estabelecem umas com as outras”, ou seja, para a autora, “*a identidade discursiva se constrói na interação com o outro*” (grifo nosso).

No espaço que delimitamos para este estudo lançamos a hipótese de que o discurso primeiro é o discurso da surdez como deficiência, ou melhor, o discurso de fundamentação ouvintista (doravante DFO), uma vez que este é “cientificamente” e historicamente determinado. Cientificamente porque durante muito tempo “as verdades” sobre a

surdez estavam alocadas exclusivamente nos livros de medicina, que diagnosticavam a ausência de um sentido e supunham as consequências dessa falta, de acordo com a visão da época. Historicamente porque desde a antiguidade a ideia de surdez está atrelada a representações e estereótipos negativos, sendo esta a primeira – e durante muito tempo única – forma de se conceber os surdos.

O discurso aqui chamado segundo – o discurso de fundamentação surda (DFO) – pois, erige-se justamente como força desestabilizadora e contra-argumentativa frente ao discurso primeiro, considerado arcaico e desatualizado, uma vez que a própria ciência veio a negar uma série de crenças perpetuadas no passado – como a hipótese dos surdos terem “limitações” no exercício da faculdade da linguagem ou das línguas sinalizadas serem inferiores às orais. Ao discurso chamado segundo, o discurso da surdez como uma diferença linguística e cultural, portanto, reserva-se o lugar da reação e da resistência contra o discurso primeiro.

Os fragmentos abaixo podem ser considerados como representativos dessa organização hierárquica. Observemos:

01. É muito importante para o surdo, os surdos são igualdade ouvintes.

02 A vida pessoal minha é verdade viver difícil mas é *normal como* outros.

03. Na vida surda é *normal como* outra pessoa ouvinte, capaz fazer qualquer coisa.

04. Eu sou surda é *normal como* ouvinte mas nossa diferença mas só tem um problema ouvindo, surdo e ouvinte são iguais.

05. Pra mim surdo é como comum como nós humano, acho entre ouvinte e surdo são quase iguais. Como menos ouvir. Somos humano.

06. Sou surda normal não tem diferença como ouvinte somos iguais, porque só que não podia ouvir mas tenho os olhos (visual). [...] Essas as pessoas não entende porque ser surdo e acha que ele (surdo) são problema e defeito como as pessoas “deficiente”, esse eu não concordo precisamos respeitar que o surdo somos iguais só é diferença da audição, não o corpo defeito e capaz estuda e trabalhar *normal como* ouvinte.*

Nos fragmentos acima a figura “normal” parece estar sendo utilizada em sua faceta de comparação, pois visa evidenciar o caráter “comum”, de mesmo “peso e medida”, de “igualdade” dos sujeitos surdos perante os ouvintes. Os locutores buscam reafirmar essa valoração igualitária. Observemos que a conjunção comparativa **como** ou o adjetivo **igual** sempre acompanham tal figura, no intuito de reforçar esse efeito de sentido de equivalência (vide excertos de 01 a 06, grifos nossos).

Examinando, mais de perto, a ocorrência do lexema “normal” nos trechos de (01) a (06), acreditamos que os sujeitos produtores possivelmente anteciparam a representação que ouvintes, em geral, fazem dos surdos – representação que costuma ser estereotipada e que se baseia no DFO, uma vez que esse discurso é o mais difundido socialmente. Representações prévias têm sido tratadas na Análise do Discurso recente como *étos pré-discurso*, isto é, como a imagem de si que o sujeito manifesta antes mesmo do seu turno de fala, em uma manifestação da memória discursiva dos sujeitos (AMOSSY, 2005).

E se nos trechos acima os sujeitos se antecipam como normais, é justo perguntar se alguém os acusou do contrário. A partir desse questionamento, chegamos a nossa segunda e complementar hipótese interpretativa: acreditamos que os excertos acima configuram uma espécie de contradiscurso. Se nos lembrarmos que o espaço discursivo deve ser considerado como uma *rede de interação semântica* e que o DFO se baseia, sobretudo, em preceitos médicos sobre a surdez que tomam o não-ouvir como uma disfunção, veremos que os fragmentos acima

* Os trechos foram transcritos *ipsis litteris*.

contra-argumentam o discurso de fundamentação ouvintista³, uma vez que, como afirma Maingueneau (2005, p. 41), “na medida em que, cronologicamente, é o discurso precisamente chamando ‘segundo’ que se constitui através do discurso ‘primeiro’”, parece lógico supor, então, que esse discurso primeiro (discurso de fundamentação ouvintista) é o outro do discurso segundo (discurso de fundamentação surda) .

Vemos, assim, no DFS, a construção e a negação de simulacros do discurso concorrente, isto é, do DFO, uma vez que a compreensão da surdez como uma patologia ou uma disfunção, no DFO, é entendida como tributo ofensivo de aberração, de anormalidade, no DFS. Presenciamos aqui, então, a construção e negação da categoria surdez, segundo o DFO, aos olhos do DFS, de forma a se construir um “eu” a partir da negação de um “não-eu”.

Ainda assim, porém, seria justo pensar: ao afirmar a igualdade, não se estaria negando a diferença que, teoricamente, é um dos lemas do DFS? Parece-nos que não. A diferença que é negada pelos locutores do DFS é a diferença como anormalidade, haja vista a epígrafe da autora surda (PERLIN, 2007) que abre este trabalho. “A normalidade surda e a normalidade ouvinte são equivalentes, não há diferenças que nos coloquem na linha da insuficiência”. É isso que os fragmentos de (01) a (06) buscam dizer. E se confrontarmos essa posição enunciativa com os desdobramentos históricos vividos pela comunidade surda, entenderemos a importância de se mostrar normal, no sentido humano da equivalência. Refutam-se, portanto, a partir da tradução feita pelo DFS, os traços que o DFO atribui aos surdos, nesse caso, o traço da deficiência, que é traduzido como anormalidade.

Os sujeitos negam, assim, as postulações do seu outro no espaço discursivo. Antecipam-se como “iguais” para negar o caráter “anormal” que, pelo menos hipoteticamente, costuma ser evocado por esse outro.

³ Seguem alguns exemplos de manifestações discursivas (médicas) do DFO. Todos os grifos são nossos:

I - “Protetizar os deficientes auditivos [...] para que os *portadores dessa patologia* sejam efetivamente beneficiados com a *última tábua de salvação* que a equipe tem a oferecer” (CARVALHO, 2003).

II - “...o sentido da audição, sem o qual *não é possível qualquer contato verdadeiramente humano*. Simpático ou antipático, [o surdo] é uma pessoa que *sofre* por tão *humilhante patologia*” (CARVALHO, 2002).

III - “O surdo-mudo congênito tem a face pálida, a physionomia morta, o olhar fixo, a caixa torácica deprimente...” (LEITE, 1881, p. 4).

O outro, aqui, claro, é o discurso de fundamentação ouvintista, que aloca o ser surdo em lugares desprivilegiados. Nega-se, portanto, o simulacro que o discurso concorrente (DFO) possivelmente constrói dos surdos.

Na relação que se estabelece entre discurso tradutor e discurso traduzido, Maingueneau (2005) propõe que se distinga *discurso-agente* de *discurso-paciente*, reservando ao primeiro termo a posição de tradutor e, ao segundo, a de traduzido. Vale lembrar que é sempre a partir do discurso chamado primeiro (na presente estudo, DFO) que se exerce a atividade tradutória, uma vez que foi a partir dele que o discurso segundo (DFS) se constituiu.

É preciso não perder de vista, no entanto, que as afirmações que o DFS (discurso-agente) combate não são as afirmações empíricas produzidas pelo DFO (discurso-paciente). Combate-se uma tradução, um simulacro (entendido de maneira simplificada como uma espécie de projeção ou representação) do discurso contrário, “pois para construir e preservar a sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele”, nos lembra Maingueneau (2005, p. 103).

Produzir enunciados competentes na sua FD e não compreender o outro parecem ser, portanto, facetas do mesmo fenômeno, ou seja, para se produzirem enunciados condizentes com as regras da sua FD é preciso entender o outro a partir da sua própria competência discursiva. Segundo Lara (2008), a tradução e a construção de simulacros são mecanismos necessários, ligados à própria constituição das FDs. Não se trata, assim, de um arranjo isolado, mas de um dispositivo que faz parte da gênese dos discursos. Sobre esse processo de tradução do outro, esclarece a autora, inspirada em Maingueneau:

O que ocorre, então, é que cada discurso interpreta os enunciados de seu Outro – ou do simulacro que dele constrói – através da sua própria “grelha semântica”. Tenderá, pois, a “traduzir” esses enunciados nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema, mostrando-se, dessa forma, a “tradução” como um mecanismo necessário e regular, ligado à própria constituição das FDs (LARA, 2008, p. 115).

Em curso ministrado no XVIII Instituto de Linguística da ABRALIN, realizado pela Faculdade de Letras/UFMG, em março de 2007, o professor Sírio Possenti (IEL/Unicamp) assim apresentou o processo de tradução do outro e da construção de simulacros entre discursos que dividem o mesmo espaço discursivo: se o discurso S1 fala A e o discurso S2 fala B, por exemplo, S1 tenderá a ler B como um não-A explícito, isto é, como a negação de seu próprio princípio, donde se pode concluir que cada FD concebe o outro a partir de si mesmo, postulando que “se o outro não está por mim, está contra mim” e deverá, pois, ser combatido. Ilustrando com a nossa própria pesquisa, podemos supor que quando o DFO classifica o surdo como “portador de necessidade especial”, por exemplo, adeptos do DFS traduzirão essa informação como uma acusação de “anormalidade”, de “aberração”, um quesito de “não-humanidade” que precisa ser combatido.

Nos trechos a seguir, de (07) a (09), essa relação pode ser percebida pelo caráter conflituoso dos enunciados, que parecem querer negar algum tipo de afirmação (anterior) ou conhecimento partilhado. Dessa vez, a negação se tornará explícita através do uso do operador de negação (um índice de polifonia, como explica Ducrot (1987)). Vejamos:

(07) Ser surdo é a pessoa não ouve porém sente feliz. Ser surdo não é subhumano como exemplo os animais. A vida dos surdezes essa faz parte classe superior por que existe a inteligência e a sabedoria [...]. O que acontece minha prosperidade sou estudante no ensino superior até sou orador isso não é a pessoa falta QI ou inferioridade.

(08) Para mim o significado de ser surdo é aquele que não se preocupa com o preconceito, ficar imitando aos ouvintes, ir sempre para a clínica, etc. Ser surdo é orgulhosamente respeitado e um cidadão como todos.

* Esse enunciado pode induzir a erros interpretativos, se não for compreendido a partir de uma abordagem contrastiva com a língua Brasileira de Sinais. O texto na íntegra, assim como a compreensão de sua semântica global e algum conhecimento sobre a Libras, permitem-nos entender que o locutor procurou realizar uma dupla negação no enunciado que abre o texto, no caso, “*ser surdo [não] é não ter direito...*”.

(09) Minha opinião, significado de ser Surdo a diferença Surdo. Surdo é não tem direito língua*, ausência de sons, clínica, obrigação método oral, incapacidade para articular a palavra. Surdo é significado viver mundo organizado, mas transformado, de um diferente, não é deficiência, sim, diferença.

Defendemos, nas ocorrências acima, como vínhamos procedendo, que o discurso agente (DFS) determina, ao mesmo tempo em que combate, o simulacro de seu outro (DFO) segundo a sua própria “grelha semântica”, para usar aqui um termo empregado por Lara (2008), que nos lembra que a compreensão do discurso do outro é feita a partir das categorias do registro negativo de seu próprio sistema, como ilustrou o exemplo apresentado por Possenti (2007).

Esse processo de tradução do outro caracteriza com propriedade o fenômeno da *interincompreensão*, proposto por Maingueneau e retomado por Lara (2008). Tal fenômeno pode ser compreendido como “a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas”, como sustenta Maingueneau (2005, p. 103), uma vez que enunciar em conformidade com as regras de sua própria FD e não ‘compreender’ o discurso de outrem são “duas facetas do mesmo fenômeno”, estão interligadas e são interdependentes. Como temos percebido, a polêmica discursiva que apresentamos aqui (DFS *versus* DFO) se baseia nesse princípio.

Nesse processo de “tradução”, notemos que o *ser surdo*, nos trechos acima – de (07) a (11) – pode ser definido por seu avesso, ou seja, por aquilo que ele não é, ou melhor, pela negação daquilo que o *ser surdo* parece ser (pelo menos por meio do simulacro produzido pelo DFS) no DFO: *subhumano, imitando os ouvintes, ir sempre para a clínica, falta QI ou inferioridade, obrigação método oral, etc.*

Mas ao expor o seu “não-ser”, negando traços do DFO, os locutores acabam por definir o seu “ser”, apresentando traços que compõem o seu próprio discurso: humano, original, que não se “trata”, inteligente e igual, usuário de sinais, etc.

Ora, semanticamente, quando digo o que não sou, atesto o que sou. Tal estratégia discursiva mostra que os conteúdos implícitos à

negação não constituem, em princípio, o verdadeiro objeto do dizer, e é essa característica que dota os enunciados de eficácia argumentativa. O “ser surdo” não está aqui exposto de maneira direta, mas pode ser recuperado a partir de uma manobra semântica relativamente simples. Compreendemos, assim, que a surdez, nos discursos acima, é definida, sobretudo, pela conduta do sujeito diante dela, isto é, o ser surdo aqui é definido como um cidadão como todos, que estabelece a sua vida a partir da sua diferença, que não procura viver como se fosse ouvinte e tampouco se importa com o preconceito. A imagem que se constrói a partir desses fragmentos é a imagem de sujeitos independentes e libertos de amarras sociais que possam ditar comportamentos.

Enquanto (07) e (09) parecem querer combater o simulacro do discurso sobre o ser surdo corrente no DFO (e, de maneira geral, na sociedade), investindo contra uma representação social que costuma se alicerçar em saberes médicos, como em *não é subhumano* (07) ou *não é deficiência* (09), o trecho (08), ao contrário, busca “golpear” um discurso sobre o surdo corrente na própria comunidade surda. Nesse trecho, o locutor combate uma forma de ser surdo que estaria em consonância com o DFO, que seria *aquele que se preocupa com o preconceito, ficar imitando aos ouvintes, ir sempre para a clínica, etc.* Aqui, o surdo projeta um outro para si, não apenas para o seu discurso.

Notemos, portanto, que os trechos citados se ancoram na negação de proposições que parecem ser, de alguma forma, previamente conhecidas, senão pelos interlocutores-leitores, pelo menos pelo locutor que representa a comunidade surda.

Ducrot (1987, p. 203), como afirmamos acima, considera a negação um índice de polifonia, que, por sua vez, compõe a noção de heterogeneidade discursiva, nesse caso, a de heterogeneidade mostrada (marcada).

De acordo com esse autor, é preciso distinguir, em um enunciado negativo, duas proposições, ou dois pontos de vistas opostos (atribuídos, portanto, a enunciadore⁴s distintos): o primeiro, positivo, e um outro, que o nega. Daí o caráter polifônico do fenômeno.

⁴Lembramos que, para Ducrot (1987, p. 192-193), o locutor é o responsável pelo enunciado, enquanto os enunciadore^s são perspectivas, pontos de vista com os quais o locutor se identifica ou não.

Numa primeira formulação, Ducrot (1987) divide a negação em *descritiva*, que representa um estado de coisas, “sem que o autor apresente sua fala como se opondo a um discurso contrário”, e *polêmica*, “destinada a opor-se a uma opinião inversa”, para ficarmos apenas na parte da teoria que nos interessa aqui. Nas ocorrências de (07) a (09) notamos, portanto, que a negação pode ser considerada *polêmica*, uma vez que o enunciador refuta enunciados (virtuais) contrários, como sabemos, advindos do DFO.

Em (08), apesar de o operador negativo incidir diretamente apenas sobre o primeiro termo da enumeração (*é aquele que não se preocupa com o preconceito, ficar imitando os ouvintes, ir sempre para a clínica, etc*), pode-se perceber que o efeito de sentido negativo se estende também sobre os demais termos da enumeração. Tais termos, isoladamente, poderiam ser considerados enunciados afirmativos; inseridos no discurso, no entanto, eles se tornam discursivamente negativos “[não é] *ficar imitando os ouvintes*”, “[não é] *ir sempre para a clínica*”.

O mesmo fenômeno pode ser percebido em (09): após apresentar o que a surdez no DFS não é – [não é] *ausência de sons*, [não é] *ir para a clínica*, [não é] *obrigação método oral* – apresenta-se o que ela é: *surdo é significado viver mundo organizado, mas transformado, de um diferente, não é deficiência, sim, diferença*. A figura da “diferença” aparece aqui como oposta a “deficiência”, sendo considerada como um argumento positivo para a compreensão da surdez, como vimos defendendo neste estudo.

4 Considerações finais

Neste estudo, vimos que a identidade de um discurso pode ser definida a partir da negação – e da construção e desconstrução de simulacros – do seu outro discursivo. Pudemos averiguar que entre as FDs do campo apresentado parece haver uma fronteira porosa que possibilita trocas, pois foi sobretudo a partir da negação do DFO que o DFS se constitui.

O DFS foi aqui caracterizado como a ocorrência de uma ideologia surda, que se fundamenta tanto em princípios libertários do direito de escolha quanto em questões filosóficas que questionam o conceito de norma. Com isso, combate-se o DFO e a ideologia hegemônica na sociedade, que produzem dicotomias maniqueístas entre o surdos e não surdos.

Por fim, podemos afirmar que o discurso de fundamentação surda (DFS) constituiu-se por meio da antecipação – e da negação – daquilo que poderia ser o seu simulacro, aos olhos do outro, ou seja, do discurso de fundamentação ouvintista (DFO). O DFS, assim, define-se justamente a partir do que ele não é, ou melhor, a partir da negação daquilo que ele parece ser aos olhos do discurso concorrente, de forma a construir um “eu” a partir da negação de um “não-eu”. Trata-se de um discurso que constrói e nega simulacros de si mesmo como forma de preservar a sua identidade discursiva no espaço em questão.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, I. Protetização auditiva. **Jornal do Conselho Federal de Medicina**. São Paulo, n.156, Ano XVIII, 2003. Disponível em: <http://www.portalmédico.org.br/jornal/jornais2002/Dezembro/pag_13.htm>. Acesso em: 04 set. 2014.
- DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. Campinas, SP: Editora Pontes, 1987.
- LARA, G. M. P. Aplicando alguns conceitos de *Gênese dos Discursos*. In: POSSENTI, S.; BARONAS, R. L. (Org). **Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso do Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008. p. 110-132.
- LEITE, T. **Compêndio para ensino dos surdos-mudos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1881.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos Discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Criar Edições, 2005.
- PERLIN, G. T. T. Prefácio. In: QUADROS, R. M; PERLIN, G. T. T. (Org). **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/estudos2.pdf>>. Acesso em: jun. 2008.
- POSSENTI, S. **Elementos de Análise do Discurso** (mini-curso). XVIII Instituto de Lingüística da ABRALIN. Belo Horizonte, UFMG, 2007.

RIBEIRO, M. C. M. A. **A escrita de si: discursos sobre o ser surdo e a surdez.** 2008. 186 f. Dissertação (Mestrado Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras. Universidade Deferral de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/poslin/defesas/1270M.pdf>>. Acesso: 04/09/2014.

Recebido em outubro de 2015.

Aprovado em dezembro de 2015.

SOBRE AS AUTORAS

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro possui graduação em Letras Português pela Universidade Estadual de Montes Claros (2006), Mestrado (2008) e Doutorado (2012) em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Departamento de Letras vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras da Universidade Estadual de Montes Claros. Implementou e coordenou o Laboratório Experimental de Ensino de Línguas para Surdos, na mesma instituição. Certificada pelo Sétimo Exame Nacional de Proficiência no Ensino de Libras (Prolibras). Atua principalmente nas seguintes áreas: Análise do Discurso, Ensino da leitura e da escrita, Língua Brasileira de Sinais.

E-mail: mclaramaciel@hotmail.com

Kelly Fróes Alencar Fonseca é Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino do Português. Atualmente é professora da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, com experiência nas áreas de Linguística e Avaliação da Educação Superior.

E-mail: kelly.froes@unimontes.br